

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Hospital Garcia de Orta, EPE (adiante também designado por Hospital ou HGO), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 93 967 091 euros e um total de património líquido negativo de 82 832 955 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 33 987 254 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de alterações no património líquido e a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, bem como o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos parágrafos 1 a 4 da secção “Bases para a opinião com reservas” e exceto quanto aos efeitos da matéria referida no parágrafo 5 da secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Hospital Garcia de Orta, EPE, em 31 de dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

#### Bases para a opinião com reservas

1. Os rendimentos associados às prestações de serviços do Serviço Nacional de Saúde, que resultam das condições acordadas com a Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS) no âmbito dos Contratos-Programa (CP) e respetivos Acordos Modificativos celebrados anualmente, são registados tendo em consideração as instruções da ACSS para normalização dos registos contabilísticos associados à execução dos CP, Programas Verticais e Convenções Internacionais, preconizadas na Circular Normativa n.º 6/2019/ACSS, de 21 de março, conforme se encontra mencionado na nota 2.6 do anexo às demonstrações financeiras, não levando em consideração a informação disponível relativa à produção efetivamente realizada pelo HGO. Conforme reconhecido pela ACSS, os ajustamentos realizados “(...) não prejudicarão os acertos a efetuar aquando do encerramento dos CP ainda em aberto”, encontrando-se em curso pela ACSS o processo de conferência para encerramento dos CP celebrados com o HGO dos exercícios de 2017 a 2020, não sendo ainda possível quantificar os efeitos desses acertos, os quais têm sido significativos: em 2019 foram encerrados os CP de 2014 e 2015 com impacto negativo nos resultados desse exercício de cerca de 18 000 000 euros e em 2020 foi encerrado o CP de 2016 com um impacto também negativo de cerca de 5 570 000 euros. Estas situações configuram limitações ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

2. O diploma legal respeitante à transformação em sociedade anónima do HGO, estipulara a obrigatoriedade de se proceder à reavaliação dos imobilizados corpóreos desta instituição, a reconhecer contabilisticamente até ao final de 2003 por contrapartida do Património. Ao que foi possível apurar, por orientação da Tutela, as reavaliações dos bens imóveis não foram refletidas contabilisticamente, sendo que não estão disponíveis elementos que permitam quantificar o efeito desta situação nas demonstrações financeiras do Hospital em 31 de dezembro de 2020. Nesta mesma data, os Ativos fixos tangíveis do HGO integram, nas rubricas de “Edifícios e outras construções” e “Terrenos”, cerca de 26 022 000 euros e 700 000 euros, respetivamente, correspondentes ao valor contabilístico líquido das instalações hospitalares do Hospital, de cuja titularidade não foi possível obter evidência, quer junto da Conservatória do Registo Predial, quer junto dos Serviços da Autoridade Tributária. Estas situações configuram limitações ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

3. A rubrica “Outras contas a receber” inclui em 31 de dezembro de 2020 cerca de 10 265 000 euros referentes à especialização dos valores a faturar à ARSLVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo relacionados com hemodiálise (2 762 700 euros) e diálise peritoneal (7 502 300 euros), que se encontram pendentes de aprovação e regularização por parte da ARSLVT. Atendendo à antiguidade destes saldos, que no caso da diálise peritoneal corresponde aos períodos de 2012 a 2020 (no caso da hemodiálise foram faturados, em 2020, os exercícios de 2016 a 2018, encontrando-se agora pendentes apenas os períodos de 2019 e 2020), assim como à incerteza existente quanto à sua aceitação integral por parte da ARSLVT, não nos é possível concluir quanto à recuperabilidade daqueles montantes. Por outro lado, não foi possível preparar uma reconciliação entre o saldo líquido a receber do HGO de cerca de 15 850 000 euros confirmado pela ARSLVT com referência a 31 de dezembro de 2020 e o saldo líquido a pagar à ARSLVT na mesma data, pela contabilidade do HGO, que ascende a cerca de 19 330 000 euros: no ativo um total de cerca de 5 435 000 euros, (4 690 000 euros em “Clientes” e 745 000 euros em “Outras contas a receber”) e no passivo um total de cerca de 24 765 000 euros (22 403 000 euros em “Outras contas a pagar” e 2 362 000 euros em “Fornecedores”). Estas situações constituem limitações ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

4. Decorrente de limitação do sistema informático do Hospital, as notas de crédito recebidas em 2020, relacionadas nomeadamente com ajustamentos aos preços de medicamentos, no montante total de cerca de 7 884 000 euros, foram registadas diretamente a crédito do custo das existências consumidas, sem ter em consideração se os bens a que respeitam essas notas de crédito já foram consumidos ou se permanecem em armazém. Deste modo, não nos é possível determinar o impacto desta situação nas demonstrações financeiras de 2020, designadamente na possível sobreavaliação da rubrica de Inventários e/ou resultado líquido do exercício.

5. O HGO recebeu 6 938 872 euros a 30 de dezembro de 2020 simultaneamente com o Despacho Conjunto das Finanças e Saúde, que estipula que esta entrada para cobertura de prejuízos transitados deve ser aplicada no pagamento de dívidas vencidas a fornecedores. Os pagamentos subsequentes a fornecedores efetuados pelo HGO, que ascenderam a cerca de 9 700 000 euros, foram ainda reconhecidos nas demonstrações financeiras de 2020, apesar das respetivas ordens de pagamento datarem de janeiro de 2021, pelo que o ativo e o passivo do Hospital, nas rubricas “Caixa e Depósitos” e “Fornecedores”, respetivamente, se encontram subavaliados neste montante com referência a 31 de dezembro de 2020.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

### Ênfases

Ainda que o HGO tenha vindo a apresentar resultados negativos ao longo dos últimos anos, sendo o seu Património Líquido a 31 de dezembro de 2020 negativo em 82 832 955 euros, tratando-se de uma entidade pública empresarial e face à sua relevância na prestação de serviços públicos no setor da saúde, entendemos que a continuidade não é afetada, dependendo, contudo, do apoio financeiro do acionista Estado para o equilíbrio da sua atividade operacional.

Conforme evidenciado na demonstração de alterações ao património líquido e divulgado na nota 1.2.3 do anexo às demonstrações financeiras, em 2020 o Património do HGO registou um aumento de 7 596 710 euros em numerário, nos termos do Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Orçamento, Secretário de Estado do Tesouro e Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, de 3 de março de 2020, e do Despacho Conjunto da Secretária de Estado do Orçamento, Secretário de Estado do Tesouro e Secretário de Estado da Saúde, de 30 de dezembro de 2020, para cobertura de prejuízos transitados.

Conforme divulgado na nota 2.1 do anexo às demonstrações financeiras, no âmbito dos eventos subsequentes, relativamente à pandemia COVID-19, a Administração considera que o agravamento subsequente da pandemia no primeiro trimestre de 2021 teve um impacto muito significativo na atividade produtiva do HGO, não sendo possível recuperar os níveis de produção negociados com a ARSLVT, pelo que terão de ser encontradas formas de financiamento de contingência não dependentes exclusivamente da produção hospitalar.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

## Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Para além das matérias mencionadas na secção “Bases para a opinião com reservas”, considerámos na auditoria as seguintes matérias relevantes:

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
<b>Mensuração dos gastos com o pessoal</b>	
Os Gastos com o Pessoal representam cerca de 50% dos gastos incorridos pelo HGO no exercício de 2020, operando o Hospital num setor onde, para além das remunerações possuem um elevado nível de regulamentação, está ainda sujeito a instruções aplicáveis ao setor público, que implicam alterações recorrentes aos valores processados mensalmente, nomeadamente, em 2020, alterações decorrentes da pandemia do COVID-19, relacionadas com novas contratações de recursos para fazer face à pandemia, e outras medidas extraordinárias decretadas pelo Governo para compensação dos profissionais de saúde. Assim, a validação dos Gastos com o Pessoal e das estimativas relacionadas com as suas remunerações constitui uma área significativa de auditoria.	Os procedimentos de auditoria envolveram fundamentalmente: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Confirmação de que os responsáveis pela gestão efetuam revisões e outros testes com vista a assegurar que os registos contabilísticos merecem credibilidade e implementam mecanismos de controlo sobre os seguintes aspetos: a) custos com horas extraordinárias; b) baixas por doença; e c) férias;</li> <li>- Análise das variações anormais ou pouco usuais entre os custos do exercício e do exercício anterior e face aos valores orçamentados e obtenção de justificações;</li> <li>- Elaboração e análise de mapa resumo do processamento de salários e sua comparação com os registos contabilísticos;</li> <li>- Conferência global aos encargos sociais,</li> <li>- Conferência global ao cálculo da estimativa das remunerações a liquidar em 2021 relativas a 2020, e</li> <li>- Acompanhamento dos impactos e divulgações relacionadas com a Pandemia do Covid-19.</li> </ul>
<b>Provisões para outros riscos e encargos</b>	
A mensuração das provisões para processos judiciais em curso, afigura-se complexa, envolvendo um grau de incerteza elevado e um elevado nível de julgamento por parte do órgão de gestão, conforme mencionado nas notas 2.1 e 15 do Anexo às demonstrações financeiras. Assim, a validação dos pressupostos e cálculos subjacentes às provisões constituídas é uma área significativa de auditoria.	Os procedimentos de auditoria envolveram fundamentalmente: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Solicitação de informações aos serviços jurídicos da Entidade e aos advogados contratados para representar a Entidade em litígios que envolvam a mesma, e discussão dos processos constantes nessas informações, apurando eventuais responsabilidades presentes que devessem ser refletidas nas Demonstrações Financeiras e outras situações, das quais resultem passivos contingentes, que requeiram adequada divulgação.</li> </ul>

## **Outras Matérias**

À data, não se encontram ainda aprovadas pelo Acionista, as demonstrações financeiras referentes aos exercícios económicos de 2017 a 2019.

## **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Hospital de acordo com o SNC-AP;
- (ii) elaboração do relatório de gestão e demonstração não financeira, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade do HGO de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Hospital.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base



- para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Hospital;
  - (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
  - (iv) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Hospital para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o HGO descontinue as suas atividades;
  - (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
  - (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
  - (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
  - (viii) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre as demonstrações orçamentais**

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas do HGO, que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 184 943 833 euros) e a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 180 682 687 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas do Hospital. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 - Contabilidade e Relato Orçamental, do SNC-AP.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do SNC-AP, exceto quanto ao seguinte:

- A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020 inclui reservas por limitação de âmbito que também têm, ou poderão ter, efeitos sobre as demonstrações orçamentais do HGO, bem como uma reserva por desacordo que tem efeitos sobre as referidas demonstrações; e
- O mapa do anexo às demonstrações orçamentais “Contratação administrativa - situação dos contratos”, o qual contempla informação sobre contratos sujeitos a visto do Tribunal de Contas.

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos parágrafos 1 a 4 e exceto quanto aos efeitos da matéria referida no parágrafo 5 da secção “Bases para a opinião com reservas” do “Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras”, e exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares - Sobre as demonstrações orçamentais” e exceto quanto à matéria referida no parágrafo seguinte, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

O relatório de gestão não inclui as divulgações previstas na NCP 27 - Contabilidade de Gestão.

### **Sobre a Demonstração não Financeira**


Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Hospital preparou o Relatório de Governo Societário, separado do relatório de gestão, que inclui os elementos referentes à Demonstração não Financeira, conforme previsto no artigo 66º- B do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no sítio da Internet do HGO no prazo legal.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) Fomos nomeados auditores do HGO pela primeira vez pelo Despacho Conjunto, de 25 de setembro de 2018, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e da Senhora Secretária de Estado da Saúde, para um mandato compreendido entre 2018 e 2020.
- (ii) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- (iii) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Hospital em 28 de maio de 2021.
- (iv) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao HGO durante a realização da auditoria.
- (v) Informamos que não prestámos ao Hospital quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 28 de maio de 2021

  
\_\_\_\_\_  
António José Correia de Pina Fonseca, em representação de  
BDO & Associados, SROC, Lda.